

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

IGEPPS orienta servidores sobre adesão ao Plano de Previdência Complementar

Redação

07/10/2024 12:00

WhatsAppFacebookTwitterTelegramLinkedIn



Regime de Previdência Complementar (RPC) se destina a servidores estaduais titulares de cargos efetivos da Administração Pública Direta e Indireta

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (IGEPPS) reuniu, na sede do Instituto, em Belém, mais de 60 servidores públicos estaduais efetivos, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para tirar dúvidas sobre o pagamento do Benefício Especial, que compensará as contribuições previdenciárias realizadas ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado antes da migração para o Regime de Previdência Complementar.

O Benefício Especial (BE) será pago por ocasião da aposentadoria, inclusive por invalidez, aos segurados que migraram para sistemática da previdência complementar até 2/8/2024. Após a finalização do prazo, o IGEPPS vem adotando medidas para implantação orçamentária e financeira do BE junto à Secretaria Estadual da Fazenda e aos Poderes do Estado.

"Estivemos em alinhamento com os Poderes para tratar de Benefício Especial de uma forma unificada, uma vez que se trata de um novo fluxo de processo a ser implementado nas aposentadorias e pensões, após a instituição da Previdência Complementar", disse Luisa Porto, técnica previdenciária do IGEPPS.

O Regime de Previdência Complementar (RPC) é destinado a servidores estaduais titulares de cargos efetivos, da Administração Pública Direta e Indireta, além de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. O RPC tem o objetivo de garantir proventos de aposentadoria com valores acima do teto previdenciário estipulado, após a última reforma da previdência, pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atualmente é de R\$7.786,02.

Para o contador geral do Estado, Paulo Paiva, "a reunião foi importante para alinhar as questões de operacionalização do Benefício Especial e de que forma será alocado o orçamento para despesa com o benefício, quais os componentes dessa execução, ou seja, a natureza e a fonte de recurso para pagamento dessa despesa aos servidores que forem aderir ao Regime".

Notícias Relacionadas



**RECONHECIMENTO**  
UEPA aparece no ranking das melhores universidades latino-americanas



**QUEM ENTRA E QUEM SAI**  
Com prefeito eleito, Alençon terá novo desafiado na região do oeste paraense

"Os Poderes precisam ter sempre essa orientação antecipada das ações, das implementações e da rotina que precisa ser evidenciada em relação à questão previdenciária. O nosso servidor, devido o espaço de tempo contribuindo com a sua força de trabalho, ele precisa ser respaldado em relação às ações que vão ser implementadas pelo Estado. Então, a gente considera muito importante que os poderes constituídos possam ter sempre essa parceria, esse feedback, com o órgão previdenciário para que possamos ajudar aquele servidor aposentado que já contribuiu na sua vida com a sua força de trabalho," destacou Anailton.

O IGEPPS pretende prosseguir com as reuniões de alinhamento sempre que houver dúvidas nos órgãos dos três Poderes do Estado.



"Como a migração para a Previdência Complementar é recente, é esperado que hajam dúvidas sobre como será feita sua implantação nos sistemas de pessoal e orçamentário dos Poderes públicos. Mas o IGEPPS está pronto, com seus técnicos preparados para prestar os devidos esclarecimentos, não somente aos dirigentes dos órgãos, mas a todos os servidores que necessitem de orientação", informou Giusseppe Mendes, presidente do Instituto.